

GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Política de Seleção e Designação de ROC/SROC e de Serviços Distintos de Auditoria

Índice

1. INTRODUÇÃO
2. AMBITO E OBJETIVOS
3. PROCESSO DE APROVAÇÃO E REVISÃO
4. FORMAÇÃO
5. ENQUADRAMENTO NORMATIVO E REGULAMENTAR
6. DEFINIÇÕES
7. SELECÇÃO E DESIGNAÇÃO DE ROC/SROC
8. RECONDUÇÃO DE ROC/SROC
9. AVALIAÇÃO DE ROC/SROC
10. SERVIÇOS DISTINTOS DE AUDITORIA
11. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
12. ENTRADA EM VIGOR
12. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

A presente Política define as linhas gerais de orientação para a selecção e designação do Revisor Oficial de Contas (ROC) ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e de Contratação de Serviços Distintos de Auditoria Não Proibidos por Lei (doravante apenas referida como “Política”), do Grupo Banco Comercial Português (Grupo), podendo ser complementada através de normativo interno.

2. ÂMBITO E OBJETIVOS

Esta Política é aplicável a todas as entidades do Grupo Banco Comercial Português (doravante apenas definido como “Grupo”), com sede em Portugal ou no estrangeiro, e estabelece os princípios, as regras e o modelo organizacional aplicáveis à selecção, designação, avaliação e recondução dos ROC/SROC, bem como à contratação de serviços distintos de auditoria aos ROC/SROC e redes em que se integrem e à monitorização dos serviços prestados

Os principais objetivos da atual Política prendem-se com a necessidade de implementar procedimentos assentes em elevados padrões de ética e profissionalismo, assegurando o cumprimento de requisitos de competência, idoneidade, independência, isenção e imparcialidade, condições essenciais para assegurar a qualidade e adequação dos trabalhos do ROC/SROC/ Auditores e Entidade de Auditoria.

3. PROCESSO DE APROVAÇÃO E REVISÃO

Em cumprimento do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal a aprovação da presente Política de Seleção e Designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e de Contratação de Serviços Distintos de Auditoria Não Proibidos (Política), é da competência da Assembleia Geral (AG) do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), sendo divulgada através do respetivo site.

A Comissão de Auditoria (CAUD) do BCP deve acompanhar a aplicação e a atualidade desta Política, promovendo a sua revisão, anualmente ou sempre que entender necessário, com o apoio e o envolvimento do Compliance Officer.

As alterações a esta Política deverão ser submetidas à aprovação da AG do BCP. Caso a alteração à Política decorra de imperativo legal deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração do BCP com o parecer favorável da Comissão de Auditoria do BCP, sendo tal alteração submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral que tiver lugar após tal alteração.

4. FORMAÇÃO

Todos os intervenientes na aplicação desta Política devem ser sujeitos a ações de formação com periodicidade regular, que não excedam entre si um período de três anos, ou sempre que se registem alterações à legislação relevantes.

5. ENQUADRAMENTO NORMATIVO E REGULAMENTAR

A presente Política foi elaborada tendo em conta o regime normativo e regulamentar aplicável, incluindo:

- i) o Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;
- ii) o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro;
- iii) o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EROOC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro;
- iv) o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro;
- v) o Código dos Valores Mobiliários (CVM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro;
- vi) o Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro;
- vii) o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 30 de junho de 2020;

- viii) e os Estatutos do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e as principais normas e regulamentos internos aplicáveis;
- ix) a Carta Circular CC/2020/0000020, do Banco de Portugal, de 23 de março de 2020.

6. DEFINIÇÕES

Para efeitos da presente Política, considera-se:

- a) **Revisor Oficial de Contas (ROC) / Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC)** - a pessoa singular ou coletiva que presta ao Grupo o serviço de revisão legal e auditoria às contas.
- b) **Rede ROC/SROC** - o conjunto formado pelas sociedades conexas ao ROC/SROC de cada entidade do Grupo BCP e pela rede em que se insere.
- c) **Serviços de Auditoria às Contas** - todos os serviços que resultem em exame e outros serviços relacionados com as contas das entidades, prestados de acordo com as normas internacionais de auditoria (ISAs - *International Standard on Auditing*) e demais normas e orientações aplicáveis.
- d) **Serviços Distintos da Auditoria** - todos os serviços que não sejam de auditoria às contas, nomeadamente os trabalhos de garantia de fiabilidade (*assurance engagements*) sobre declarações de governo societário, ou em matéria de responsabilidade social ou ainda sobre relatos da entidade para efeitos regulatórios, e que não constem da certificação legal de contas.

Os **Serviços Distintos de Auditoria** são, por sua vez, subdivididos em:

- 1) **Serviços Distintos da Auditoria Proibidos** - todos os serviços que, por lei, o ROC/SROC não possa prestar à entidade auditada, à sua empresa mãe ou às entidades sob o seu controlo (Anexo 1).
 - 2) **Serviços Distintos da Auditoria Exigidos por Lei** - todos os serviços exigidos por lei ao ROC/SROC de uma sociedade e cuja prestação poderá ser acumulada com o trabalho de revisão legal das contas.
 - 3) **Serviços Distintos da Auditoria Não Exigidos por Lei** - todos os serviços cuja prestação pelo ROC/SROC não é exigida por lei, mas também não é proibida.
- e) **Entidade do Grupo** - todas as pessoas coletivas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo BCP.

7. SELEÇÃO E DESIGNAÇÃO DE ROC/SROC

A nomeação dos ROC ou SROC é feita pela AG mediante proposta e recomendação fundamentada do Órgão de Fiscalização da entidade para a qual, no caso das subsidiárias do Grupo deverá ter sido emitido parecer prévio por parte da CAUD do BCP, enquanto sociedade de controlo do Grupo.

Cabe ao Órgão de Fiscalização de cada pessoa coletiva do Grupo:

- instruir o processo de identificação dos candidatos adequados ao exercício das funções de ROC/SROC;
- definir os requisitos a fixar nos documentos de concurso;
- coordenar o processo de seleção e avaliação do ROC/SROC;
- solicitar à CAUD do BCP parecer prévio referido supra;
- monitorizar e a fiscalizar a atuação do ROC/SROC e os serviços por estes prestados.

7.1. Processo de Seleção e Designação

O processo de seleção e designação é promovido pelo Órgão de Fiscalização da entidade contratante com a antecedência adequada, aprovando um calendário que permita o cumprimento das normas de procedimentos internas, por forma a garantir o integral cumprimento da legislação aplicável.

O processo de seleção inclui as seguintes fases:

- i) Elaboração dos termos de referência e demais documentos do concurso;
- ii) Identificação de potenciais candidatos e solicitação de propostas;
- iii) Recolha de informação a facultar aos candidatos que se apresentem a concurso para suporte à preparação das respetivas propostas;
- iv) Avaliação das propostas;
- v) Elaboração do Relatório sobre a avaliação do cumprimento dos critérios de seleção pelos candidatos e as Conclusões do Processo de Seleção com recomendação à Assembleia Geral.
- vi) Obtenção do parecer da CAUD do BCP (no caso de não se tratar do BCP);

A elaboração dos termos de referência, e dos documentos a concurso, são da responsabilidade do Órgão de Fiscalização de cada entidade do Grupo, em articulação com os diferentes serviços técnicos do Banco.

Uma vez identificados os candidatos, o órgão de fiscalização da entidade solicita o envio de propostas técnicas e financeiras para a prestação dos serviços identificados, promovendo ainda a recolha de declarações devidamente assinadas pelos candidatos, das quais resultem todas as informações necessárias e relevantes para a avaliação da sua adequação técnica e profissional, independência e idoneidade, de acordo com o previsto nos termos de referência.

Deverá ainda ser exigida a subscrição de um documento confirmando que os candidatos cumprem todos os requisitos estabelecidos na lei para desempenhar o cargo de ROC/SROC da entidade, não se verificando qualquer situação de incompatibilidade ou impedimento, acompanhado por uma descrição sobre a organização interna do ROC/SROC, que inclua, pelo menos:

- a. Uma síntese sobre as políticas, procedimentos e modo de funcionamento do seu sistema de controlo de qualidade interno;
- b. Processo de nomeação do Revisor Oficial de Contas responsável pelo controlo de qualidade interno dos trabalhos;
- c. Forma de monitorização do controlo de qualidade interno dos trabalhos;
- d. Medidas previstas para sanar eventuais infrações às normas legais relativas à revisão legal das contas¹;
- e. Forma de controlo de incompatibilidades e impedimentos;
- f. Forma de acompanhamento da prestação dos serviços distintos de auditoria;
- g. Forma de acompanhamento dos honorários face aos limites legais aplicáveis;

7.2. Critérios de seleção do ROC/SROC

A seleção do ROC /SROC por cada entidade assenta nos critérios e ponderadores indicados nos documentos de concurso.

Os critérios são de avaliação qualitativa e quantitativa e versam sobre:

- 1) As competências técnicas e profissionais do ROC/SROC, incluindo conhecimentos em avaliação dos controlos informáticos, bem como a sua experiência no setor financeiro (25% a 50%);
- 2) A qualidade da proposta apresentada pelo ROC/SROC, bem como o tempo e recursos que serão afetos ao trabalho a desenvolver e distribuição do tempo afeto por categoria profissional (20% a 40%);
- 3) A organização do ROC/SROC, as suas garantias de independência e integridade, e a ausência de conflitos de interesses (15% a 30%);
- 4) Os honorários (15% a 30%).

¹ Incluindo, aqui, as decorrentes do Regulamento (UE) n.º 537/2014.

O Órgão de Fiscalização avalia as propostas recebidas e, de acordo com os critérios definidos, seleciona os candidatos mais adequados e elabora um relatório de avaliação para cada candidato selecionado, propondo à AG, aquando da eleição para o primeiro mandato, pelo menos dois candidatos e manifestando a preferência por um deles. Na sua recomendação, o Órgão de Fiscalização da entidade auditada deve declarar que está isento da influência de terceiros e que não lhe foi imposta qualquer limitação que condicione a escolha da AG.

7.3 Mandato

Cada mandato do ROC/SROC terá a duração mínima de 2 anos e máxima de 4 anos. O período máximo de exercício de funções do ROC/SROC em cada entidade é de 9 anos.

Todavia, o período máximo pode ser de 10 anos, desde que esta prorrogação seja expressamente aprovada pela Assembleia Geral da entidade, sob proposta devidamente fundamentada do seu Órgão de Fiscalização.

7.4 Arquivo

O processo de selecção é arquivado, pelo período legal, de modo a ser disponibilizado caso se afigure necessário.

8. RECONDUÇÃO DE ROC/SROC

Nas situações que se pretenda propor a recondução do ROC/SROC em exercício de funções, é dispensado o processo concursal de selecção. O Órgão de Fiscalização da entidade apresenta à AG a proposta de renovação do mandato do ROC/SROC, devidamente fundamentada, em especial pela avaliação do desempenho do ROC/SROC (ver capítulo 9), da manutenção das condições de independência do mesmo e da ponderação das vantagens e desvantagens da sua substituição .

9. AVALIAÇÃO DO ROC/SROC

O ROC/SROC deve ser sujeito a uma avaliação contínua da sua atuação, com o objetivo de apurar se continuam reunidas as condições de independência, de adequação técnica e profissional e de idoneidade necessárias ao exercício das funções.

A avaliação do ROC/SROC deverá ser efetuada pela Órgão de Fiscalização da entidade, pelo menos uma vez por ano, ponderando os critérios e requisitos definidos nesta Política, bem como outros que considere como relevantes.

O Órgão de Fiscalização de cada entidade deverá efetuar uma avaliação extraordinária do ROC/SROC sempre que se verifique uma qualquer situação ou evento suscetível de colocar em causa a sua independência, adequação técnica e profissional ou idoneidade para o exercício de funções.

Na avaliação do desempenho do ROC/SROC, o Órgão de Fiscalização pondera, entre outros, os critérios seguintes que são detalhados em normativo interno:

- 1) Qualidade e Adequação do Serviço Prestado;
- 2) Recursos Afetos à Auditoria;
- 3) Comunicação e Interação entre a entidade auditada e o ROC/SROC;
- 4) Independência, Objetividade e Ceticismo profissional.

Se, em resultado da avaliação efetuada, formalizada e fundamentada num Relatório de Avaliação, o Órgão de Fiscalização da entidade concluir que o ROC/SROC já não reúne as condições de adequação para o exercício de funções na entidade, deve tomar as medidas que considere adequadas para a correção da deficiência detetada e dar conhecimento à autoridade nacional competente.

Caso o Órgão de Fiscalização da entidade conclua, em relatório devidamente fundamentado, não ser possível garantir a correção da deficiência detetada, considerar-se-á existir justa causa para destituição.

Nesta última circunstância o Órgão de Fiscalização da entidade, após consulta da CAUD BCP (no caso de não se tratar do BCP), apresenta à AG da respetiva entidade uma proposta de destituição do ROC/SROC em exercício de funções, em simultâneo com uma de nomeação de novo ROC/SROC.

10. SERVIÇOS DISTINTOS DE AUDITORIA PRESTADOS PELOS ROC/SROC

A verificação pelo Órgão de Fiscalização da adequação e aprovação de serviços distintos da auditoria não proibidos deve ponderar a existência de ameaças à independência do ROC/SROC nomeadamente situações de autorevisão, interesse pessoal e representação. Os serviços distintos de auditoria cuja prestação é proibida ou permitida desenvolvem-se de seguida.

10.1 Serviços Distintos de Auditoria cuja Prestação é Proibida

Ao ROC/SROC de qualquer entidade (ou a qualquer membro da sua Rede) é proibida a prestação direta ou indireta, à entidade auditada, à sua empresa-mãe ou às entidades sob o seu controlo, dos serviços distintos da auditoria identificados no nº 8 do artigo 77º do EOROC (Anexo 1), bem como nos normativos internos do Grupo e na legislação local da entidade auditada.

10.2 Serviços Distintos de Auditoria cuja prestação é permitida

Para efeitos da presente Política, entendem-se por serviços distintos de auditoria permitidos, aqueles que não sejam proibidos nos termos definidos no nº 8 do artigo 77 do EOROC e identificados no Anexo 2.

Quando realizados por uma entidade pertencente à rede do ROC/SROC de qualquer entidade do Grupo

Os serviços distintos de auditoria permitidos, realizados por uma entidade pertencente à rede do ROC/SROC em qualquer das entidades do Grupo, estão sujeitos à emissão de parecer prévio do órgão de fiscalização da entidade auditada e à aprovação da CAUD do BCP. A contratação destes serviços deverá respeitar os processos definidos nos normativos internos do Grupo, tendo em conta o tipo de serviços a prestar e os valores dos respetivos honorários.

Quando realizados por uma entidade não pertencente à rede do ROC/SROC de qualquer das entidades do Grupo

O processo de contratação de serviços distintos de auditoria permitidos, realizados por uma entidade não pertencente à rede do ROC/SROC, em qualquer das entidades do Grupo, é da exclusiva responsabilidade do Órgão de Fiscalização da entidade para a qual, o ROC/SROC prestará serviços, estando essa contratação, sujeita à obtenção de parecer prévio favorável da CAUD BCP, quando ultrapassado o montante fixado nas normas internas do Banco.

Limites quantitativos à contratação de serviços distintos de auditoria

A contratação de serviços distintos de auditoria obedece a critérios quantitativos (relativos à percentagem total de honorários do ROC/SROC), que são regulamentados em normativos internos do Grupo, os quais respeitam os requisitos legais aplicáveis.

11. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ROC/SROC

O Órgão de Fiscalização da entidade verifica e acompanha a independência do respetivo ROC/SROC, nomeadamente, através da monitorização dos serviços prestados e dos honorários faturados, em colaboração com o responsável pela função de conformidade de cada entidade e do Grupo.

12. ENTRADA EM VIGOR

A presente Política foi aprovada em AG realizada a 20 de Maio de 2021 e entra em vigor nesta data.

ANEXO 1 - SERVIÇOS DISTINTOS DE AUDITORIA PROIBIDOS

Âmbito dos Serviços	Discriminação dos serviços
1. Assessoria fiscal	Serviços de assessoria fiscal relativos: <ul style="list-style-type: none"> • à elaboração de declarações fiscais; • aos impostos sobre os salários; • aos direitos aduaneiros; • à identificação de subsídios públicos e incentivos fiscais, exceto se o apoio do ROC/SROC relativamente a esses serviços for exigido por lei; • ao apoio em matéria de inspeções das autoridades tributárias, exceto se o apoio do ROC/SROC em relação a tais inspeções for exigido por lei; • ao cálculo dos impostos diretos e indiretos e dos impostos diferidos; • à prestação de aconselhamento fiscal.
2. Gestão ou tomada de decisão	Os serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou na tomada de decisões da entidade auditada.
3. Registos contabilísticos e de contas	A elaboração e lançamento de registos contabilísticos e de contas.
4. Processamento de salários	Os serviços de processamento de salários.
5. Procedimentos de controlo interno ou de gestão de riscos	A conceção e aplicação de procedimentos de controlo interno ou de gestão de riscos relacionados com a elaboração e/ou o controlo da informação financeira ou a conceção e aplicação dos sistemas informáticos utilizados na preparação dessa informação.
6. Serviços de avaliação	Os serviços de avaliação, incluindo avaliações relativas a serviços atuariais ou serviços de apoio a processos litigiosos.
7. Serviços jurídicos	Os serviços jurídicos, em matéria de: <ul style="list-style-type: none"> • prestação de aconselhamento geral; • negociação em nome da entidade auditada; • exercício de funções de representação no quadro da resolução de litígios.
8. Auditoria interna	Os serviços relacionados com a função de auditoria interna da entidade auditada.
9. Serviços associados ao financiamento	Os serviços associados ao financiamento, à estrutura e afetação do capital e à estratégia de investimento da entidade auditada, exceto a prestação de serviços de garantia de fiabilidade respeitantes às demonstrações financeiras, tal como a emissão de “Cartas de Conforto” relativas a prospetos emitidos pela entidade auditada, conforme n.º 6 da secção 9. “Lista de Serviços Distintos de Auditoria cuja Prestação é Autorizada nas Entidades do Grupo”.
10. Serviços de corretagem, consultoria de investimentos ou de banca de investimentos	A promoção, negociação ou tomada firme de ações na entidade auditada.
11. Serviços de recursos humanos	Os serviços em matéria de recursos humanos referentes:

Âmbito dos Serviços	Discriminação dos serviços
	<ul style="list-style-type: none">• aos cargos de direção suscetíveis de exercer influência significativa sobre a preparação dos registos contabilísticos ou das contas objeto de revisão legal das contas, quando esses serviços envolverem<ul style="list-style-type: none">○ a seleção ou procura de candidatos para tais cargos;○ a realização de verificações das referências dos candidatos para tais cargos;• à configuração da estrutura da organização;• ao controlo dos custos.

ANEXO 2 - SERVIÇOS DISTINTOS DE AUDITORIA PERMITIDOS

Âmbito dos Serviços	Discriminação dos serviços
1. Serviços associados a operações de aquisição ou venda	<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias de aquisições de entidades para efeitos de consolidação de contas e/ou de contabilidade da aquisição; • Revisão de avaliações dos ativos intangíveis (incluindo o <i>goodwill</i>) e imputação do respetivo preço de aquisição.
2. Serviços de <i>due diligence</i> em operações de aquisição ou venda	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Due diligence</i> geral em operações da entidade objeto de compra • Interação com outros ROC ou SROC; • Intervenção em disputas relativas a acordos de aquisição ou venda.
3. Auditoria de Planos de Benefícios para Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação das demonstrações financeiras de planos de contribuição definida ou de benefício definido.
4. Revisão do Controlo Interno fora do âmbito de auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de controlo interno extensíveis como parte dos trabalhos de auditoria; • Revisão dos procedimentos requeridos por relatórios de controlo interno.
5. Análises relativamente a contabilidade, relato financeiro e assuntos de natureza regulamentar	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gap-Analysis</i> relativamente à adoção de princípios e normas contabilísticas e de relato financeiro, incluindo normas regulamentares, IAS/IFRS, legislação ou regulamentação da UE, demais legislação ou regulamentação de outras jurisdições e controlo do cumprimento dos requisitos de fundos próprios e adequação de capitais (e.g., Basel II), com plano de ação mitigador.
6. Emissão de “Cartas de Conforto”	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de “Cartas de Conforto” associadas a prospetos e emissões de valores mobiliários relativos à entidade auditada.
7. Serviços de certificação não exigíveis por lei	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de certificação que não sejam resultantes de requisitos estatutários ou regulamentares.
8. Serviços de natureza fiscal exigíveis por lei	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio em matéria de inspeções das autoridades tributárias; • Identificação de subsídios públicos e incentivos fiscais.
9. Serviços de Segurança de Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Testes de auditoria; • Revisão de procedimentos de segurança dos sistemas; • Revisão dos planos de Business Continuity e Disaster Recovery; • Revisão de modelos de IT Corporate Governance.
10. Serviços de análise em <i>e-Business</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão de processos e procedimentos.
11. Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de formação cuja matéria e conteúdos não sejam suscetíveis de criar situações de conflitos de interesses.
12. Serviços de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de novidades legislativas e regulamentares.
13. Revisão de respostas a questionários e candidaturas específicas	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de <i>Gap-Analysis</i> no âmbito da participação ou inclusão em índices de sustentabilidade, responsabilidade social corporativa e padrões éticos.